



Atena  
Editora  
Ano 2021

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

**2**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



Atena  
Editora  
Ano 2021

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

**2**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-036-7

DOI 10.22533/at.ed.367210305

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA E EMPATIA: A ENVOLTURA DO DIREITO 2**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito civil, direito das famílias e direito sucessório; estudos em trabalho e seguridade social; estudos sobre o meio ambiente; e outros temas.

Estudos em direito civil, direito das famílias e direito sucessório traz análises sobre direito da personalidade, direitos reais, responsabilidade civil, alienação parental, afeto, abandono afetivo e herança digital.

Em estudos em trabalho e seguridade social são verificadas contribuições que versam sobre trabalho e saúde, teletrabalho e princípios da seguridade social na realidade chilena.

Estudos sobre o meio ambiente aborda questões como políticas públicas, descarte de resíduos e política nacional de resíduos sólidos.

No quarto momento e último momento, outros temas, temos leituras sobre gestão empresária, desobediência civil, impostos e aspectos técnicos e jurídicos sobre etapa de produção de laticínios.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A SUA TUTELA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Samara Monayari Magalhães Silva

Andressa Rangel Dinallo

**DOI 10.22533/at.ed.3672103051**

### **CAPÍTULO 2..... 14**

POR QUE DA SUPER VALORIZAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEL?

Lorraine da Silva Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.3672103052**

### **CAPÍTULO 3..... 25**

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO CASO DE DANO ESTÉTICO

Isabella Semionato da Silva Lima

Nathália de Fátima Fernandes de Godoy

José Geraldo Romanello Bueno

**DOI 10.22533/at.ed.3672103053**

### **CAPÍTULO 4..... 38**

A DIVULGAÇÃO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA GARANTIDORA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Isabelle Pinto Antonello

Alessandra NoreMBERG

**DOI 10.22533/at.ed.3672103054**

### **CAPÍTULO 5..... 51**

HUMANOS E NÃO HUMANOS: FAMÍLIAS PAUTADAS NO AFETO

Valéria Koch Barbosa

Rogers Alexander Boff

**DOI 10.22533/at.ed.3672103055**

### **CAPÍTULO 6..... 63**

ABANDONO AFETIVO: A CONSTRUÇÃO DO DESAMOR

Júlia Brosso Said

Júlia Martins

João Victor Benito Quinalha Damiatti

Henrique Name Colado Mariano

Denise Santos de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.3672103056**

### **CAPÍTULO 7..... 67**

APLICAÇÃO DO CIRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM CASOS DE DIREITO DE FAMÍLIA: UM RELATO EXTENSIONISTA

Rosalina Moitta Pinto da Costa

Camille de Azevedo Alves  
DOI 10.22533/at.ed.3672103057

**CAPÍTULO 8..... 72**

**HERANÇA DIGITAL: O DIREITO SUCESSÓRIO COMO NORTE LEGISLATIVO À TRANSMISSÃO MORTIS CAUSA DE DADOS REMANESCENTES**

Thiago Barcik Lucas de Oliveira  
Bianca Amorim Bulzico

DOI 10.22533/at.ed.3672103058

**CAPÍTULO 9..... 82**

**(IN) VISIBILIDADE LABORAL E DA SAÚDE DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA NO BRASIL**

Raimunda Hermelinda Maia Macena  
Rosa Maria Salani Mota  
Deborah Gurgel Freire  
Edyla Maria Porto de Freitas Camelo  
Renata Himovski Torres

DOI 10.22533/at.ed.3672103059

**CAPÍTULO 10..... 114**

**DIREITO À DESCONEXÃO DO TELETRABALHADOR BRASILEIRO: DANO MORAL OU DANO EXISTENCIAL?**

Aline Nunes Trindade  
Guilherme Conte  
Thiago y Castro

DOI 10.22533/at.ed.36721030510

**CAPÍTULO 11..... 134**

**LOS PRINCIPIOS DE LA SEGURIDAD SOCIAL Y EL SISTEMA DE REPARTO CHILENO**

Sergio Ehijos Mardones

DOI 10.22533/at.ed.36721030511

**CAPÍTULO 12..... 149**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Clara Carolina Roma Santoro  
Caroline Cristina Vissotho Oliveira  
Andréia Chiquini Bugalho

DOI 10.22533/at.ed.36721030512

**CAPÍTULO 13..... 157**

**A APLICAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO CONTEXTO DA MUNICIPALIDADE E O CONTEXTO HISTÓRICO DA DESCARTABILIDADE DE RESÍDUOS**

Andréa Arruda Vaz  
Francieli Korkievicz Morbini  
Marco Antônio Berberí  
Rayane Herzog Liutkus  
Tais Martins

DOI 10.22533/at.ed.36721030513

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>176</b>
<b>A CRISE AMBIENTAL E O ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA: UMA REFLEXÃO DO DIREITO E LITERATURA NOS DEZ ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	
Ana Celia Querino	
Lucas de Souza Lehfeld	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030514</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>188</b>
<b>GESTÃO EMPRESARIAL E ASSESSORIA JURÍDICA, UMA COMBINAÇÃO DE MEDIDAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SEGURO</b>	
Rafael Monteiro Teixeira	
Ivan Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030515</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>194</b>
<b>A DESOBEDIÊNCIA CIVIL EMPREGADA AO NÃO PAGAMENTO DE IMPOSTOS</b>	
Geordan Fernando Putzke de Oliveira	
Mateus de Castro Marques da Costa	
Diogo Lopes Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030516</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>204</b>
<b>ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DO DESNATE DA GORDURA LÁCTEA EXTRAÍDA DA ETAPA DE FILAGEM DE QUEIJOS</b>	
Viviane Lemes da Rosa	
Irineu Scartezini Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030517</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>220</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>221</b>

# CAPÍTULO 11

## LOS PRINCIPIOS DE LA SEGURIDAD SOCIAL Y EL SISTEMA DE REPARTO CHILENO

*Data de aceite: 30/04/2021*

### **Sergio Ehijos Mardones**

abogado, administrador público, profesor de Derecho del Trabajo y Seguridad Social de la Universidad de Aconcagua, Chile. Funcionario del Instituto de Previsión Social

**RESUMEN:** Este artículo analiza los diferentes sistemas de pensiones chilenos desde la perspectiva de los principios de la Seguridad Social. Al corroborar que el sistema privado de Capitalización Individual no cumple con los estándares mínimos para ser considerado un sistema de Seguridad Social, se detiene en analizar el sistema de reparto chileno. Se examina como se llega a la tasa de reemplazo de las tres principales cajas del sistema antiguo y se evidencia la diferencia con el sistema de Capitalización Individual. Se concluye con la propuesta de abrir la posibilidad para que los cotizantes libremente elijan el sistema de pensiones al que desean adherir, esto, entre el sistema de Reparto (antiguo) o el sistema de Capitalización Individual administrado por las Administradoras de Fondos de Pensiones.

**PALABRAS CLAVE:** Seguridad Social. Principios. Sistema de Reparto. Capitalización Individual.

### OS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA SOCIAL E O SISTEMA DE REPARAÇÃO CHILENO

**RESUMO:** Este artigo analisa os diferentes sistemas previdenciários chilenos sob a ótica dos princípios da Previdência Social. Ao corroborar que o sistema privado de Capitalização Individual não atende aos padrões mínimos para ser considerado um sistema de Previdência Social, ele pára para analisar o sistema PAYGO chileno. Examina como se atinge a taxa de reposição das três principais caixas econômicas do antigo sistema e evidencia a diferença com o sistema de Capitalização Individual. Conclui com a proposta de abrir a possibilidade de os contribuintes escolherem livremente o regime de pensões a que pretendem aderir, isto é, entre o regime de repartição ou o regime de capitalização individual administrado pelas Administradoras de Fundos de Pensões.

**PALAVRAS - CHAVE:** Previdência Social. Começando. Sistema de distribuição. Capitalização individual.

### THE PRINCIPLES OF SOCIAL SECURITY AND THE CHILEAN DISTRIBUTION SYSTEM

**ABSTRACT:** This article analyzes the different Chilean pension systems from the perspective of the principles of Social Security. When corroborating that the private Individual Capitalization system does not meet the minimum standards to be considered a Social Security system, he pauses to analyze the Chilean distribution system. It examines how

the replacement rate of the three main savings banks of the old system is reached and the difference with the Individual Capitalization system is evidenced. It concludes with the proposal to open the possibility for contributors to freely choose the pension system to which they wish to adhere, this between the distribution system (old) or the Individual Capitalization system administered by the Administrators of pension funds.

**KEYWORDS:** Social Security. Principles. Distribution system. Individual Capitalization.

## 1 | INTRODUCCIÓN

El sistema de Seguridad Social nace en Chile en el año 1924 en conjunto con otras leyes sociales que se tramitaron rápidamente producto de la manifestación de la oficialidad joven conocida como el “*ruido de sables*”. Eran otros tiempos, y en ellos, los militares se preocupaban de la pronta tramitación de leyes sociales.<sup>1</sup> El sistema de pensiones concebido en ese entonces se basaba en el principio de la solidaridad y del reparto. En este artículo se pretende hacer algunos comentarios sobre lo que significa la Seguridad Social, sus principios, detenerse en el sistema de pensiones y también entregar elementos técnicos sobre el Sistema de Reparto chileno que coexiste con un moribundo sistema de Capitalización Individual.

Partiendo de la seguridad social y de sus principios, se pretende realizar un análisis que entregue elementos para un examen comparativo entre los sistemas de pensiones vigentes en Chile. Este trabajo analiza particularmente el sistema de pensiones, examina si el sistema de pensiones cumple con los principios de Seguridad Social e intentará derribar algunos mitos instados, como la inexistencia de alternativas al sistema de capitalización individual, o la imposibilidad de cambiar de sistema. Este artículo se detendrá brevemente a comentar los cuatro sistemas de pensiones que existen en Chile, pero, deteniéndose especialmente en el Sistema de Reparto que aún se encuentra vigente en Chile.

Si bien este artículo discute sobre temas nacionales que se aplican para todo el país y las propuestas que se entregaran son generales, los ejemplos y los datos que se usan muchas veces son regionales. Esto último, se hace pensando que este trabajo es un aporte presentado en el marco de un encuentro académico organizado en la Universidad de la Frontera en la región de La Araucanía.

## 2 | LA SEGURIDAD SOCIAL Y SUS PRINCIPIOS

La Seguridad Social es un derecho humano que se encuentra consagrada en tratados internacionales suscritos por nuestro país. En este mismo sentido La Declaración Universal de los Derechos Humanos<sup>2</sup> señala:

---

1 Mayores detalles sobre este periodo se pueden encontrar en la obra de Felipe Portales “Los Mitos de la Democracia Chilena”.

2 La Declaración Universal de los Derechos Humanos no es tratado internacional, sin embargo, establece principios que son tomados como ideal por los Estados.



Toda persona como miembro de la sociedad tiene derecho a la Seguridad Social y a obtener, mediante el esfuerzo nacional y la cooperación internacional, habida cuenta de la organización y los recursos de cada estado, la satisfacción de los derechos económicos, sociales y culturales, indispensables a su dignidad y al libre desarrollo de su personalidad<sup>3</sup>

En este mismo sentido el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales promulgado en Chile el 28 de abril de 1989 señala que *“Los Estados Partes en el presente Pacto reconocen el derecho de toda persona a la seguridad social, incluso al seguro social.”*<sup>4</sup>

Por su parte, la Constitución chilena en su artículo 19 numeral 18 indica que: *“La acción del Estado estará dirigida a garantizar el acceso de todos los habitantes al goce de prestaciones básicas uniformes, sea que se otorguen a través de Instituciones Públicas o Privadas”*<sup>5</sup>

La Seguridad Social es una política pública, es una política social y económica que intenta abarcar la mayoría de los estados de riesgo y contingencia por los que atraviesa una persona durante su vida, e incluso después, mediante el pago de beneficios sociales a quienes dependían de él o ella. El riesgo es una situación futura, involuntaria, que provoca daño o pérdida de los medios económicos de subsistencia. Por ejemplo: riesgo de sufrir un accidente laboral. Por otro lado, la contingencia es el elemento objetivo, es decir, el hecho realizado. Por ejemplo: el accidente laboral ya acontecido.

## 2.1 La Universalidad

Este principio dice relación con la obligación de proteger a toda la población que resulte afectada por una contingencia. En este sentido, en el año 2008 Chile hizo una importante reforma al crear el “Pilar Solidario” que incorporó en un nuevo sistema de protección de carácter universal o no contributivo<sup>6</sup>, a aquellas personas que están dentro del 60% más pobre de la población y que no tuvieron cotizaciones previsionales o tuvieron muy pocas. Además, la ley 20.255 estableció un cronograma para incluir a los trabajadores independientes al sistema de pensiones contributivo.<sup>7</sup>

## 2.2 La Suficiencia De Las Prestaciones (Integralidad)

Las prestaciones económicas deben ser suficientes y adecuadas a las necesidades

3 Declaración Universal de los Derechos Humanos. Artículo 22. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1000396> última visita 12 de octubre de 2020.

4 Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, rescatado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=12382> última visita 05 de octubre de 2020.

5 Constitución Política de la República de Chile. Artículo 19 N° 18. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=242302> última visita 05 de octubre de 2020.

6 Se discute si este Sistema Solidario es de “carácter universal” ya que como se ha señalado incorpora algunos requisitos como la condición de estar dentro del 60% de la población más pobre y el requisito de residencia. Sería más correcto llamarlo sistema no contributivo.

7 Este asunto fue resistido fuertemente por los trabajadores independientes y fue reiteradamente postergado debido al descrédito y al fracaso del sistema de Capitalización Individual. Por otro lado, significó y continúa significando, ya que su aplicación aumenta gradualmente, una merca en la remuneración de los trabajadores independientes.

derivadas de las contingencias. Se debe considerar en las prestaciones un nivel básico de suficiencia, existiendo la posibilidad de que las personas puedan asegurarse por encima de ese nivel básico sobre la base de su propio esfuerzo. El convenio 102 de 1952 de la OIT estableció una tasa de reemplazo mínima del 40% sobre el salario promedio de la vida activa. El convenio 128 de la OIT elevó la tasa de reemplazo a 45%. La recomendación 202 de la OIT de 2012 sobre pisos nacionales de protección social estableció la necesidad de garantizar un ingreso mínimo que supere los umbrales de pobreza según los mecanismos establecidos en las leyes o prácticas nacionales

la seguridad básica del ingreso debería permitir vivir con dignidad. Los niveles mínimos de ingresos definidos a nivel nacional podrán corresponder al valor monetario de un conjunto de bienes y servicios necesarios, a los umbrales nacionales de pobreza, a los umbrales de ingresos que dan derecho a la asistencia social o a otros umbrales comparables establecidos por la legislación o la práctica nacionales<sup>8</sup>

Para medir la suficiencia de las prestaciones, se podría considerar otro parámetro, que, si bien dice relación con el ingreso mínimo mensual para los trabajadores activos, se ha definido como un mínimo para garantizar el bienestar del trabajador y de su grupo familiar.<sup>9</sup> En este sentido, las pensiones por debajo del salario mínimo fijado para los trabajadores pueden ser consideradas como insuficientes.

### 2.3 Solidaridad

Este es un principio básico del sistema de reparto. La solidaridad se manifiesta, en este sistema, como “solidaridad de género” e “intergeneracional”. También la solidaridad se relaciona con la posibilidad de establecer pisos mínimos garantizados por el Estado, esto con recursos obtenidos de impuestos generales. El sistema de Capitalización Individual chileno no incorpora ningún tipo de solidaridad<sup>10</sup>. A pesar de que algunos hablan de que en Chile existiría desde 2008, con la dictación de la ley 20.255, un “sistema mixto” por la intervención del Estado a través de los Aportes Solidarios y del Bono por Hijo, la verdad es que el aporte estatal se produce sólo tomando en consideración a las pensiones más bajas y al porcentaje de pobreza del posible beneficiario.<sup>11</sup>

### 2.4 La Unidad

Las acciones y programas de la Seguridad Social constituyen un todo único cuyo fin es obtener mejores condiciones de vida para la población afectada por una contingencia. La unidad también corresponde a la unificación orgánica o administrativa. En el caso del sistema de reparto chileno, todas las “ex cajas” de previsión fueron fusionadas en

<sup>8</sup>Recomendación 202 OIT, sobre los pisos mínimos de protección, año 2012. Rescatado de [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:R202](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R202) última visita 07 de octubre de 2020.

<sup>9</sup> A contar del 1° de marzo el sueldo mínimo vigente en Chile es de \$320.500.-

<sup>10</sup> Si bien otros sistemas como el de Capitalización Colectiva pueden incorporar el principio de “solidaridad” el análisis de este trabajo se efectúa sobre los sistemas de pensiones existentes en Chile.

<sup>11</sup> Un asunto diferente es que en la práctica más de dos tercios de los pensionados tengan un Aporte Solidario ya que sus pensiones son consideradas bajas y se encuentren dentro del 60% de la población más pobre.

el ex Instituto de Normalización Previsional que hoy administra el Instituto de Previsión Social (en adelante IPS). También este servicio público administra los beneficios del Pilar Solidario establecido en la ley 20.255. El sistema privado de pensiones funciona en base a las Administradoras de Fondos de Pensiones que son empresas con fines de lucro que compiten por adherir a sus afiliados. Para el caso de las Fuerzas Armadas y de Orden, tienen un sistema especial organizado en la Caja de Previsión de la Defensa Nacional (Capredena), a la que pertenecen las Fuerzas Armadas y la ex “Caja” y actual Dirección de Previsión de Carabineros de Chile (Dipreca).

## 2.5 La Participación

Este principio se refiere a que los asegurados deben participar en la administración o estar asociados a la administración con carácter consultivo. El sistema de reparto, antes de la reforma, contemplaba en la mayoría de las “Cajas” una participación tripartita, a través de representantes de los trabajadores, empleadores y del gobierno. Hoy el sistema privado cuenta solo con una “comisión de usuarios” y en el caso del Instituto de Previsión Social de un Consejo de la Sociedad Civil que representa a los usuarios y beneficiarios de los diferentes programas. En este sentido, el artículo 72 de la Convención 102 de la OIT señala:

Cuando la administración no esté confiada a una institución reglamentada por las autoridades públicas o a un departamento gubernamental responsable ante un parlamento, representantes de las personas protegidas deberán participar en la administración o estar asociados a ella, con carácter consultivo, en las condiciones prescritas.<sup>12</sup>

## 2.6 La Eficiencia

Este principio dice relación con que los costos de la administración de los sistemas sean bajos y razonables. Ya se ha comentado que el Sistema de Reparto y el Sistema Solidario de pensiones son administrados por el Instituto de Previsión Social (IPS). Una de las muchas críticas que se le hacen al sistema privado de pensiones es el alto costo por su administración. Para enfrentar este problema se han realizado algunas reformas que buscan incentivar la competencia y bajar las altas tasas de administración que pagan los afiliados. En este sentido la Conferencia Internacional del Trabajo del año 2001 ha reconocido que:

la experiencia ha demostrado que es mucho más costoso administrar las cuentas de ahorro individuales que los registros de la Seguridad Social, que los administradores de fondos de pensiones (por ejemplo, los AFP en distintos países de América Latina) tienen elevados costos comerciales, que los niveles de concentración de los fondos de pensiones son elevados, y que el cumplimiento no se puede dejar en manos de las compañías de gestión privadas<sup>13</sup>

12 Convenio 102 OIT. Rescatado de [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:-NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312247:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:-NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312247:NO) última visita 7 de octubre de 2020.

13 Conferencia Internacional del Trabajo. Junio de 2001. Rescatado de <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/>

## 2.7 Equidad de Género

Este principio obliga no solo a tomar medidas en contra de la discriminación de género, sino que además se deben tomar medidas que garanticen la igualdad. En este sentido, la OIT ha señalado que *“La seguridad social debería fomentar y basarse en principios de la igualdad de género”*.<sup>14</sup> Pero, además, se deben buscar mecanismos de discriminación positiva u otras medidas que compensen las diferencias que se producen por menores salarios y por menor cobertura de los sistemas de Seguridad Social por razones demográficas o culturales. Tal como se revisará más adelante en este trabajo, el Sistema de Reparto chileno establece medidas de discriminación positiva en beneficio de las mujeres. Por otro lado, la ley 20.255 establece el beneficio del “bono por hijo” para aquellas mujeres mayores de 65 años y con residencia en el territorio de Chile por un periodo de 20 años. Este beneficio se paga junto a la pensión a aquellas madres que hayan obtenido su jubilación a partir del 1 de julio del año 2009. El sistema de Capitalización Individual castiga fuertemente a las mujeres. Producto de continuas salidas del mundo laboral por razones familiares, de menores salarios y un cálculo de la pensión basado en la cantidad de dinero acumulada en el fondo de pensiones y las tablas de mortalidad diferentes, se llega a que la tasa de reemplazo femenina sea significativamente menor al de los hombres. La Superintendencia de Pensiones en su Informe de Género sobre el Sistema de Pensiones y Seguro de Cesantía del año 2019 señala:

En ese mismo período el monto de la primera pensión autofinanciada registró una mediana de \$121.937 y un promedio de \$245.952 para los hombres, mientras que en mujeres estos valores fueron \$24.276 y \$79.403. De esta manera, la brecha de los montos entre hombres y mujeres para la mediana se estimó en -80,1% mientras que para el promedio fue -67,7%.<sup>15</sup>

Según los estudios e informes oficiales, como el de la Comisión Bravo, estas diferencias tienden a aumentar.

## 2.8 Rol Del Estado

El Estado debe cumplir un rol y asumir una responsabilidad principal en la buena gestión de las instituciones de la Seguridad Social. El convenio 102 de la OIT otorga un rol esencial al Estado parte de este convenio. En su artículo 72 N°2 señala *“El Miembro deberá asumir la responsabilidad general de la buena administración de las instituciones y servicios que contribuyan a la aplicación del presente Convenio.”*<sup>16</sup> La Constitución chilena señala que el Estado garantiza el acceso de todos sus habitantes a prestaciones básicas a través de instituciones públicas o privadas. Sin embargo, la lógica neoliberal, que se

relm/ilc/ilc89/rep-vi.htm#Tendencias%20mundiales%20de%20los%20gastos%20de%20seguridad

14 Ibidem.

15 Informe de Género sobre el Sistema de Pensiones y Seguro de Cesantía del año 2019. Rescatado de [https://www.sspensiones.cl/portal/institucional/594/articulos-13808\\_recurso\\_1.pdf](https://www.sspensiones.cl/portal/institucional/594/articulos-13808_recurso_1.pdf)

16 Convenio 102, OIT. Rescatado de [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312247:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312247:NO) última visita 7 de octubre de 2020.

manifiesta en el “Principio de Subsidiariedad” entrega a los privados labores propias del Estado, no solo en materia de Seguridad Social, sino que además en la mayoría de los derechos sociales como la educación, la vivienda o el suministro de servicios básicos.

### 3 I SISTEMAS DE PENSIONES VIGENTES EN CHILE

Poco se comenta que en Chile existen 4 sistemas de pensiones. Sin embargo, el sistema de Capitalización Individual se hizo obligatorio desde el año 1983 para los nuevos cotizantes, razón por la cual la gran mayoría de los afiliados a los sistemas contributivos están obligados a pertenecer a este sistema y optar por una de las AFPs que se disputan el “mercado” de los cotizantes. Este sistema de pensiones, fracasado, debido a las bajas jubilaciones que genera, fue uno de los detonantes del estallido social de 2019. Lo cierto es que el “problema previsional” y la necesidad de modificar o reemplazar este sistema se viene discutiendo hace varios años, en especial, luego de que se hicieran evidentes las bajas tasas de reemplazo que el sistema generaba y la necesidad de la intervención del Estado a través de subsidios. Por otro lado, es necesario recordar que el Estado antes de la reforma del “pilar solidario” del año 2008 ya subsidiaba el sistema privado a través del “bono de reconocimiento” que ayudó en gran parte a que las primeras pensiones del sistema de AFPs no fueran aún más desastrosas.

Luego de la reforma de 2008 se puede decir que Chile tiene un sistema de pensiones mixto, ya que existe por una parte un sistema o varios sistemas contributivos, como veremos más adelante, y por otra parte un sistema universal de carácter solidario. A continuación, se presentarán brevemente los cuatro sistemas de pensiones para luego detenerse en el sistema de reparto y posteriormente entregar algunas recomendaciones.

#### 3.1 El sistema de las fuerzas armadas y de orden

Este sistema se estructura sobre dos “Cajas”: La Caja de Previsión de la Defensa Nacional (Capredena) a la que pertenecen las Fuerzas Armadas, y la ex “Caja” y actual Dirección de Previsión de Carabineros de Chile (Dipreca), a la que se encuentran afiliados los miembros de Carabineros de Chile, Gendarmería y la Policía de Investigaciones de Chile. En ambas “Cajas” se puede optar a pensión o retiro con 20 años de servicio.<sup>17</sup> Con respecto al monto de la pensión ésta se computará sobre la base del 100% de la última remuneración imponible de actividad en razón de una treintaava parte por cada año de servicio. Sin embargo, *“el monto de la pensión no podrá exceder del 100% de la última remuneración que percibía en actividad, en relación con el número de años computados”*.<sup>18</sup> Se entiende por remuneración el total de los haberes que incluyen las asignaciones familiares, movilización, pérdida de caja, de máquina, rancho o colación, casa, de zona y de cambio

17 Art. 82° y siguientes del D.F.L. N°2 de 1968. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=13128> última visita 12 de octubre de 2020.

18 Ibidem.

de residencia, viáticos, horas extraordinarias y gratificaciones especiales.<sup>19</sup>

En comparación a los otros dos sistemas contributivos claramente este es un sistema de privilegio. La posibilidad del retiro con 20 años de servicio y con una tasa de reemplazo del 100% de la remuneración, es muy diferente a las condiciones de retiro del sistema de reparto de las “ex Cajas” administrado por el IPS. Estos datos resultan ofensivos para los pensionados del sistema de Capitalización Individual, debido a las bajas tasas de reemplazo luego de muchos más años de trabajo y de cotizaciones. Estas condiciones privilegiadas explican la razón por la cual, durante el periodo en el que las Fuerzas Armadas y de Orden fueron gobierno, durante la dictadura del general Augusto Pinochet y en el que se creó el sistema de Capitalización individual, no se tocaron las Cajas de la Defensa Nacional y de Carabineros. Para los gobernantes de entonces, el nuevo sistema de pensiones creado en base a la Capitalización Individual era bueno para todos menos para ellos.

### **3.2 Sistema de reparto (o antiguo)**

Este sistema sigue funcionando hasta el día de hoy en el Instituto de Previsión Social. Las ex Cajas de Previsión fueron fusionadas en el Instituto de Normalización Previsional (INP) en la década de los 80. Desde 2008 este sistema es administrado por el IPS. En el apartado siguiente se profundizará sobre este régimen y sobre las tasas de reemplazo en sus principales “ex Cajas”.

### **3.3 Sistema de capitalización individual**

Este sistema fue creado por la dictadura militar a través del Decreto Ley 3.500 en el año 1980. Los fondos cotizados por los afiliados son administrados por empresas privadas con fines de lucro llamadas Administradoras de Fondos de Pensiones. Actualmente existen 7 AFPs que compiten por los cotizantes, estas son: Provida, Capital, Cuprum, Planvital, Habitat, Modelo y Uno. Desde el año 1983 es obligatorio para los nuevos cotizantes, ingresar a este sistema previsional. El total de pensionados de este sistema es de 1.527.347.<sup>20</sup> Tal como se ha mencionado, este sistema se encuentra en crisis debido al bajo monto de las pensiones que paga. La tasa de reemplazo hoy en promedio es de 34% y se espera que la mitad de los pensionados entre 2025 y 2035 tenga una tasa de reemplazo igual o inferior al 15%.<sup>21</sup> Esto es muy diferente a la promesa de tasas de reemplazo del 70% hechas cuando se creó el sistema.

Por otro lado, esta crisis va en aumento debido a que los nuevos pensionados no cuentan con el apoyo que significa el “bono de reconocimiento”<sup>22</sup> que favorece a los

<sup>19</sup>Ley N° 18.694 de 1988 y 18.961 de 1990. <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30329> última visita 05 de octubre de 2020.

<sup>20</sup> Datos correspondientes a agosto de 2020. Superintendencia de pensiones. Rescatado de [https://www.spensiones.cl/inf\\_estadistica/afipen/mensual/2020/08/t032.html](https://www.spensiones.cl/inf_estadistica/afipen/mensual/2020/08/t032.html) última visita 6 de octubre de 2020.

<sup>21</sup> Datos Fundación Fiel. Rescatado de <https://fielchile.cl/v2/2020/03/25/covid-19-y-la-crisis-del-sistema-de-pensiones/> última visita 6 de octubre de 2020.

<sup>22</sup> Es un monto de dinero entregado por el Estado a los trabajadores que se cambiaron del antiguo sistema y se ingresa en la cuenta de Capitalización de la AFP al pensionarse por vejez, por invalidez o cuando fallezca el afiliado.

cotizantes del antiguo sistema y que optaron en su momento por adherirse al sistema privado. La crisis de la que hemos hablado en este trabajo se ha visto agudizada debido al retiro de los fondos desde las cuentas de los afiliados para enfrentar los efectos de la crisis sanitaria de 2020. La ley 21.248 permitió a los afiliados el retiro del 10% de sus cuentas de Capitalización Individual “por única vez” para enfrentar los efectos económicos y sociales de la crisis sanitaria. Al momento de redactar este trabajo se discute en el parlamento un segundo retiro del 10% que según las proyecciones se podría realizar antes de finales de año.

### 3.4 Sistema Solidario

Este régimen también llamado “Pilar Solidario” establece una serie de beneficios previsionales de carácter universal.<sup>23</sup> Fue creado mediante la ley 20.255 en el año 2008 y también es administrado por el Instituto de Previsión Social. A diferencia de los anteriores, es un sistema no contributivo que establece sus beneficios para un porcentaje de la población considerada más vulnerable, pero, además, agregando requisitos de residencia y edad. Sus beneficios principales son la Pensión Básica Solidaria de Vejez o Invalidez (590.221 beneficios)<sup>24</sup> y el Aporte Previsional Solidario de Vejes o Invalidez (1.016.850 beneficios).<sup>25</sup>

## 4 | EL SISTEMA DE REPARTO CHILENO

El Sistema de Reparto sigue funcionando en Chile administrado por el Instituto de Previsión Social. En este mismo sentido, existe la opinión errada de que el Sistema de Reparto fue reemplazado por el Sistema de Capitalización Individual. La verdad, sin embargo, es que el Sistema de Reparto convive con el sistema de Capitalización y en la región de La Araucanía, por ejemplo, tiene 18 oficinas de atención y paga casi 40 mil pensiones. Tal como ya se ha señalado, las antiguas Cajas de Previsión fueron fusionadas en el ex INP y funcionan hoy a través del IPS. Es importante reiterar esto ya que no existe ningún impedimento técnico para que quienes fueron afiliados al antiguo sistema y se cambiaron al sistema de Capitalización Individual, puedan volver atrás. También como ya se ha comentado, desde 1983 está prohibida la posibilidad de que los nuevos cotizantes puedan elegir entre los dos sistemas previsionales que coexisten en Chile. Por otro lado, y para derribar otro mito, se debe aclarar que el D.L. 3500 siempre ha contemplado la posibilidad de que algunos afiliados de las AFPs bajo determinadas circunstancias puedan volver a su “ex Caja” de previsión del sistema antiguo.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Tal como ya se ha señalado, se discute su carácter de universal, debido a los requisitos que se señalan en este apartado.

<sup>24</sup> Datos a agosto de 2020. Superintendencia de Pensiones. Rescatado de <https://www.spensiones.cl/apps/centroEstadisticas/paginaCuadrosCCEE.php?menu=sps&menuN1=nbenmpagm&menuN2=NOID> Última visita 06 de octubre de 2020.

<sup>25</sup> Ídem.

<sup>26</sup> A) Quienes hayan sido imponentes de instituciones de previsión del régimen previsional antiguo (sistema de reparto) y no tengan derecho al bono de reconocimiento. B) Aquellos que, teniendo derecho a bono de reconocimiento SÓLO por cotizaciones enteradas en alguna institución de previsión en el período comprendido entre el 1 de julio de 1979 y la

Con respecto a las Cajas de Previsión del sistema antiguo es necesario aclarar algunos aspectos. Si bien el número de estas empresas estatales llegó a ser de 35, solo 3 de ellas representaban el 90% de los afiliados. Estas eran el Servicio de Seguro Social (SSS), la Caja de Previsión de Empleados Particulares (EMPART), y la Caja Nacional de Empleados Públicos y Periodistas (CANAEMPU). Entre 1974 a 1980 el excedente neto promedio de las Cajas fue de un 19,2% de los ingresos.<sup>27</sup> Una parte de estos excedentes se usaban para otorgar beneficios adicionales a los afiliados como préstamos personales, médicos o hipotecarios a bajo costo.

Para hacer un análisis comparativo con las pensiones pagadas por el sistema de Capitalización Individual, se revisarán los requisitos para la obtención de la pensión de vejez y la determinación de los montos de las tres Cajas más importantes:

#### 4.5 Servicio de seguro social (SSS)

Para tener derecho a la pensión de vejez en esta caja se debe cumplir con los requisitos de edad, 65 años los hombres y 60 años las mujeres, y de imposiciones. Para el caso de los hombres se deben tener un mínimo de 800 semanas de imposiciones, tener una densidad del 0.5 de lo que corresponde al 50% de imposiciones efectivas entre la fecha de afiliación y la fecha en que se cumple los 65 años, o la fecha de su última imposición, si ésta es posterior a aquella. A los imponentes que reúnan al menos 1.040 semanas de imposiciones, no se le exige requisito de densidad. Para el caso de las mujeres se debe contar con un mínimo de 520 semanas de imposiciones (sin requisito de densidad). La pensión de vejez se compone de un monto básico igual al 50% del salario base mensual, aumentado en un 1% por cada 50 semanas en que hubiese impuesto en exceso sobre las 500 semanas de imposiciones, con un límite máximo del 70% del salario base. Si por razones de bajas o nulas cotizaciones dicho monto quede por debajo de la Pensión Mínima Mensual, ésta será ajustada a dicho valor, siempre que no tenga otra pensión ajustada a la mínima, en cuyo caso debe optar por subir a ese monto la más conveniente a sus intereses.<sup>28</sup>

#### 4.6 Caja de previsión de empleados particulares (EMPART)

Con 35 años de cotizaciones se calcula un monto en base al promedio de las remuneraciones de los últimos 60 meses (5 años), que preceden a la entrega del beneficio.

fecha de opción por el nuevo Sistema Previsional (de AFP) tengan, a lo menos, 60 meses de cotizaciones anteriores a julio de 1979. (Superintendencia de Pensiones) Rescatado de <https://www.spensiones.cl/portal/institucional/594/w3-articulo-13290.html#:~:text=Aquellos%20que%2C%20teniendo%20derecho%20a,anteriores%20a%20julio%20de%201979>. Última visita 7 de octubre de 2020.

<sup>27</sup>Herman Von Gersdorff. "El sistema previsional chileno durante los últimos 10 años". Rescatado de <http://econ.uchile.cl/uploads/publicacion/7064d1c5-6892-44db-bac3-907390a4fb88.pdf> última visita 7 de octubre de 2020.

<sup>28</sup> Información disponible en la página del Instituto de Previsión Social, rescatado de <https://www.ips.gob.cl/servlet/internet/content/1421810115949/pension-vejez-ex-servicio-seguro-social> última visita 7 de octubre de 2020, o en la Ley 10.383, rescatado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=10308&idVersion=> última visita 7 de octubre de 2020.



El máximo en este caso es el 100% del último sueldo. Si es mujer y no reúne 35 años de imposiciones, puede aumentar en 1/35 del sueldo base, por cada hijo vivo a la fecha de concesión del beneficio y 2/35 si fuera viuda. Estos aumentos se otorgan siempre y cuando no exceda del 100% del promedio mensual. Al igual que en la Caja anterior, para pensionarse por EMPART se requiere el requisito de edad de 65 años para los hombres y 60 años para las mujeres. También se requiere de un mínimo de diez años de imposiciones.<sup>29</sup>

#### 4.7 Caja nacional de empleados públicos y periodistas (CANAEMPU)

Con 30 años de cotizaciones se fija el monto de las pensiones en base al promedio de las últimas 36 rentas. Los funcionarios ingresados al servicio antes del 23 de septiembre de 1989 y que cumplan con lo dispuesto en el art. 132 del D.F.L. 338 y art. 17 del D.L. 2448, tendrán derecho a que su pensión se calcule sobre la última remuneración. Tienen derecho a la pensión de vejez los imponentes que dejen de prestar servicio activo y cumplan con el requisito de la edad (65 años los hombres y 60 años las mujeres), y tengan un mínimo de diez años de cotizaciones.<sup>30</sup>

Resumiendo, se puede ver que la tasa de reemplazo para el ex Seguro Social parte del 50% del salario base mensual, en el caso de EMPART se calcula sobre el promedio de las últimas 60 remuneraciones y puede llegar al 100% y que lo mismo sucede para los afiliados de CANAEMPU, para quienes se promedian las últimas 36 liquidaciones. Para graficar la diferencia entre las tasas de reemplazo de las 3 principales Cajas del sistema antiguo y el sistema de Capitalización Individual administrado por las AFPs, basta recordar que, en sus conclusiones, el informe entregado en 2015, por la Comisión Asesora Presidencial sobre el Sistema de Pensiones o “Comisión Bravo” señalaba que *“Un 50% de los pensionados entre los años 2025 y 2035 obtendrían tasas de reemplazo igual o inferior al 15% del ingreso promedio de los últimos años.”*<sup>31</sup>

Un tema que a menudo aparece en el debate de manera errónea es la diferencia de cotizaciones entre el sistema antiguo y el sistema de AFPs. Se señala como crítica, que las cotizaciones en el sistema antiguo son mucho más altas que las del sistema de AFPs. Si bien esto hoy es efectivo, se explica debido a que el sistema antiguo era tripartito, o sea, se recibía un aporte del trabajador, del empleador y del Estado. Para el caso de CANAEMPU, por ejemplo, la tasa de cotización del trabajador (hasta 1980) era del 10% al igual que en el actual sistema de AFPs.<sup>32</sup> El Decreto Ley 3.501 de 1980, hizo la cotización del sistema antiguo una carga solamente del trabajador. En el caso de CANAEMPU la cotización se

29 Instituto de Previsión Social, <https://www.ips.gob.cl/servlet/internet/content/1421810126709/pension-vejez-ex-caja-prevision-empleados-particulares> o en la ley 10.475 <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=26406&buscar=ley%2B10.475> última visita 7 de octubre de 2020.

30 Ídem, <https://www.ips.gob.cl/servlet/internet/content/1421810833622/ex-caja-nacional-empleados-publicos-periodistas-sector-publico> última visita 7 de octubre de 2020, o en la ley

31 Informe Comisión Asesora Presidencial sobre el Sistema de Pensiones. [http://www.comision-pensiones.cl/Informe\\_final\\_CP\\_2015.pdf](http://www.comision-pensiones.cl/Informe_final_CP_2015.pdf) última visita 7 de octubre de 2020.

32 Ver el artículo 14 del DFL 1.340. <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=17589&buscar=DFL+1340+bis> o <https://www.ips.gob.cl/servlet/internet/content/1421810175831/pension-vejez-excaja-publico-sector-publico>

fijó en un 19% y solamente hoy es pagada por el trabajador. Debido al daño que esta modificación significó para los salarios, el mismo D.L. 3.501 en su artículo 2° incrementó las remuneraciones para mantener el sueldo líquido de los trabajadores afectados.<sup>33</sup> Hoy en día a pesar de la obligación de pagar la diferencia entre las cotizaciones del sistema antiguo y del sistema de las AFPs, los afiliados que pueden, optan por volver a las ex Cajas de Previsión, lo que se explica por la enorme diferencia de las pensiones, en especial, para quienes no estuvieron afiliados al Servicio de Seguro Social.

## 5 | ¿QUÉ HACER?

La célebre pregunta que se hacía Lenin en su libro de 1902 se la hacen los “expertos” y economistas especialistas en temas previsionales, muchos de los cuales participaron de las fallidas “comisiones presidenciales” Marcel (2006) y Bravo (2015). Las respuestas que entregan esos expertos pasan por dos recetas: a) aumentar la tasa de cotización en un 4, un 5, un 6 o hasta un 8% pero de cargo del empleador,<sup>34</sup> y b) Que el Estado siga subvencionando el sistema a través del aumento del Aporte Solidario. Otros en cambio rescatan la propuesta que hizo en su momento la expresidenta Michelle Bachelet de incorporar un pilar de reparto<sup>35</sup> que permita subir las pensiones actuales sin que ello signifique un desembolso mayor para el Estado. El efecto esperado a largo plazo con el proyecto de Bachelet era de incrementar en un 46% las pensiones autofinanciadas del sistema de Capitalización Individual. Este porcentaje, que se ve imponente, no resuelve el problema de las bajas pensiones debido a que se pretende aumentar jubilaciones autofinanciadas que son paupérrimas.

Por otro lado, y como ya se expuso en este artículo, el sistema antiguo de reparto sigue funcionando en el Instituto de Previsión Social, por lo que es perfectamente factible abrir la posibilidad para que los cotizantes, y en especial los que estuvieron afiliados al sistema antiguo, puedan elegir libremente entre qué régimen prefieren. Esta posibilidad debería ser un derecho especialmente reconocido para quienes fueron afectados y/o engañados para afiliarse al sistema de Capitalización Individual.

El IPS al ser heredero del sistema de reparto, cuenta con una gran infraestructura que se expresa en la región de la Araucanía en 18 oficinas de atención y una red de pagos que llega a todas las comunas e incluso a los sectores rurales más apartados. A diferencia del IPS, el sistema completo de Capitalización Individual con sus siete administradoras solo cuenta con 10 oficinas en la región y solamente una de ellas, cuenta con oficinas fuera de

33 <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=7148>

34 Nota de prensa. Diario La Tercera 7 de marzo de 2019. Rescatado de <https://www.latercera.com/pulso/noticia/pinera-afirma-esta-abierto-subir-cotizacion-obligatoria-18-mayor-ahorro-sera-cargo-al-empleador/558589/> última visita 12 de octubre de 2020.

35 La propuesta de Bachelet proponía subir la cotización en un 5% de cargo del empleador destinando un 2% a aumentar pensiones actuales bajo la lógica del sistema de Reparto.

la ciudad de Temuco.<sup>36</sup>

En Latinoamérica existen varios países que optaron por implementar un sistema de Capitalización Individual y luego tuvieron que volver hacia un sistema de reparto. El caso más cercano es el de la república argentina. En el país trasandino en 2007 se abrió la posibilidad de que los cotizantes pudieran elegir entre el sistema de reparto o el privado de las AFJP. En noviembre de 2008 se terminaron definitivamente las AFJP y el sistema de Capitalización Individual. Hoy la pensión mínima en Argentina es de unos 186 mil pesos chilenos.

La respuesta a la pregunta ¿Qué hacer? que se formula en este apartado, es abrir la posibilidad para que los antiguos cotizantes puedan volver al sistema de reparto. Pero también y en base al principio de la igualdad ante la ley, dar la posibilidad a todos los cotizantes para que opten libremente entre qué sistema previsional prefieren, el sistema de Capitalización Individual o el sistema de reparto chileno que administra el Instituto de Previsión Social.

## 6 | CONCLUSIÓN

De acuerdo con el estudio realizado en este artículo, se puede asegurar que la Seguridad Social es un derecho humano y que se orienta por principios reconocidos tanto en leyes nacionales como en tratados y documentos internacionales. Tenemos un sistema de pensiones, el de Capitalización Individual, que no cumple con ninguno de los principios estudiados. Por otra parte, tenemos vigente un sistema de pensiones, el de reparto o antiguo, que cumple adecuadamente con casi todos los principios.

Mucho se habla hoy de la creación de un “nuevo sistema de pensiones” que tenga por objetivo cubrir las necesidades sociales en base a los principios de la Seguridad Social. La pregunta es ¿para qué crear algo nuevo si ya tenemos un sistema de reparto que funciona y que está orientado hacia estos principios? ¿no sería mejor reformar lo que tenemos sobre leyes que se encuentran vigentes y obtener un Sistema de Reparto 2.0? Al abrir la posibilidad de elegir, que se propone en este artículo, se evitan otros problemas como el debate de la expropiación de los fondos de pensiones o la inconstitucionalidad de la creación de un Sistema de Reparto nuevo. Alegar que sería inconstitucional la posibilidad de elegir entre el sistema de Capitalización Individual y el Sistema de Reparto que administra el IPS, sería tan ridícula como declarar inconstitucional la posibilidad de cambiarse libremente de una ISAPRE<sup>37</sup> al Fondo Nacional de Salud (FONASA).

---

<sup>36</sup> Información obtenida de las páginas webs oficiales de las AFPs. Sección consulta de sucursales.

<sup>37</sup> Institución de Salud Previsional (ISAPRE). Son aseguradoras privadas en materia de salud. Conviven con el sistema público del Fondo Nacional de Salud (FONASA).

## REFERENCIAS

COMISIÓN ASESORA PRESIDENCIAL SOBRE EL SISTEMA DE PENSIONES. 2015. Informe final. Rescatado de: <https://prensa.presidencia.cl/lf-content/otras/informes-comisiones/InformePensiones.pdf>

CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Junio de 2001. Rescatado de: <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc89/rep-vi.htm#Tendencias%20mundiales%20de%20los%20gastos%20de%20seguridad>

CONSEJO ASESOR PRESIDENCIAL PARA LA REFORMA DEL SISTEMA PREVISIONAL. Informe año 2006. Rescatado de: <https://www.previsionsocial.gob.cl/sps/download/estudios-previsionales/comisionpensiones/documentos-interes-general/informe-consejo-asesor-presidencial-reforma-del-sistema-previsional-comision-marcel-2006.pdf>

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=242302>

CONVENIO 102 OIT. Rescatado de: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312247:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312247:NO)

DECLARACIÓN UNIVERSAL DE LOS DERECHOS HUMANOS. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1000396>

DECRETO CON FUERZA DE LEY N° 2 DE 1968. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=13128>

DECRETO CON FUERZA DE LEY N° 1.340. Rescatado de: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=17589&buscar=DFL+1340+bis>

DECRETO LEY 3.500. Establece nuevo Sistema de Pensiones. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=7147>

DECRETO LEY 3.501. Fija nuevo sistema de cotizaciones. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=7148&idVersion=1997-07-30&idParte=7130842>

FUNDACIÓN FIEL. *El Covid-19 y la crisis del Sistema de Pensiones*. Rescatado de: <https://fielchile.cl/v2/2020/03/25/covid-19-y-la-crisis-del-sistema-de-pensiones/>

INFORME DE GÉNERO SOBRE EL SISTEMA DE PENSIONES Y SEGURO DE CESANTÍA DEL AÑO 2019. Rescatado de [https://www.spensiones.cl/portal/institucional/594/articles-13808\\_recurso\\_1.pdf](https://www.spensiones.cl/portal/institucional/594/articles-13808_recurso_1.pdf)

INSTITUTO DE PREVISIÓN SOCIAL. [www.ips.gob.cl](http://www.ips.gob.cl)

LEY 10.383. Servicio de Seguro Social. rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=10308&idVersion=>

LEY N° 18.694 de 1988. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30147>

LEY N° 18.961 de 1990. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30329>

PACTO INTERNACIONAL DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Rescatado de: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=12382>

PORTALES, Felipe: *Los Mitos de la Democracia Chilena*, Santiago de Chile, Editorial Catalonia, 2004.

PROGRAMA DE GOBIERNO. Michelle Bachelet año 2013. Rescatado de: <http://www.onar.gob.cl/wp-content/uploads/2014/05/ProgramaMB.pdf>

PROGRAMA DE GOBIERNO. Sebastián Piñera Echeñique. Año 2017. Rescatado de: <http://www.sebastianpinera.cl/images/programa-SP.pdf>

RECOMENDACIÓN 202 OIT. Rescatado de [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:R202](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R202)

SUPERINTENDENCIA DE PENSIONES. Estadísticas. Rescatado de: [https://www.spensiones.cl/inf\\_estadistica/afipen/mensual/2020/08/t032.html](https://www.spensiones.cl/inf_estadistica/afipen/mensual/2020/08/t032.html)

VON GERSDORFF, Herman. *“El sistema previsional chileno durante los últimos 10 años”*. Rescatado de: <http://econ.uchile.cl/uploads/publicacion/7064d1c5-6892-44db-bac3-907390a4fb88.pdf>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono afetivo 5, 6, 63, 64, 65, 66

Afeto 5, 6, 42, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 65

Alienação Parental 5, 6, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 69

### C

Civil 5, 6, 8, 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 50, 52, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 95, 98, 117, 126, 131, 137, 166, 167, 179, 181, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 217, 219

Conhecimento 2, 5, 21, 44, 65, 78, 99, 109, 121, 129, 150, 153, 154, 161, 170, 172, 182, 188, 215

Crise Ambiental 8, 175, 177

### D

Dano Estético 6, 25, 29, 32, 33, 34, 35

Desnate 8, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Desobediência Civil 5, 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202

Direito 2, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 93, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 151, 152, 155, 156, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 213, 217, 219

### E

Empatia 2, 5, 70

Empresarial 8, 72, 159, 160, 163, 170, 171, 172, 173, 178, 183, 187, 188, 189, 190, 191

Experiência 2, 5, 21, 88, 128

### F

Família 6, 12, 31, 38, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 90, 108, 120, 125, 127, 130, 131, 132

Filagem de queijos 8, 203, 205, 206, 207, 216, 217

### H

Herança Digital 5, 7, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Home Office 71

## **I**

Impostos 5, 8, 18, 20, 28, 65, 188, 190, 193, 194, 197, 198, 199, 201

## **M**

Meio Ambiente 5, 7, 60, 67, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 162, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 180, 181, 184, 204, 214, 215, 218, 219

## **P**

Personalidade 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 29, 34, 63, 64, 73, 75, 78, 79, 80, 116

Política Nacional de Resíduos Sólidos 5, 8, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186

Princípios 5, 1, 10, 39, 40, 56, 57, 58, 89, 91, 133, 149, 150, 151, 154, 179, 183, 185, 190, 193, 194, 195, 205, 217

## **R**

Reais 5, 45, 98, 129, 216

Relato 6, 67, 88, 178

Resíduos 5, 7, 8, 149, 152, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Responsabilidade Civil 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 63, 126, 217

## **S**

Saúde 5, 7, 27, 40, 42, 45, 48, 49, 58, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 124, 129, 156, 161, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 182, 187, 189

Seguridade Social 5

## **T**

Teletrabalho 5, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 130, 131, 132

Trabalho 5, 15, 35, 40, 42, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 148, 150, 156, 176, 182, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 196, 205

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito **2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito **2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 